

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.297 - RJ (2019/0073088-6)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
EMBARGANTE : INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE
EMBARGADO : CATARINA AGOSTI YNAMA
EMBARGADO : JORGE SCAF - ESPÓLIO
EMBARGADO : REMO YNAMA
EMBARGADO : LILIAN LIMA SCAF
ADVOGADOS : FLÁVIO YUNES ELIAS FRAIHA - SP231380
ALESSANDRA GERALDO CARTEIRO - SP167658
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e outro contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial da parte ora embargada (e-STJ, fls. 2.508-2.510).

A parte embargante sustenta a ocorrência de omissão quanto aos honorários recursais.

Impugnação às e-STJ, fls. 2.519-2.521.

Processo com prioridade legal (art. 1.048, I, do CPC/2015, c/c o art. 71 da Lei 10.741/2003).

É o relatório.

De fato, a hipótese enseja a incidência de honorários recursais. Tendo a decisão combatida da origem sido publicada na vigência do atual CPC, faz-se necessária a fixação do acréscimo correspondente, o qual estipulo em 1% sobre o valor atualizado da demanda.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para fixar a verba honorária recursal no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator